

i

02-02-2012

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Economia

Dimensão: 730

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/23

CAVACO VAI MESMO RECEBER SUBSÍDIOS

Fundo de pensões do
Banco de Portugal está
blindado às leis do Estado

// PÁG. 23



Citações

“Não há motivo nenhum que sustente que os reformados do Banco de Portugal não recebam os 13º e 14º meses”

“Os bancários já deram, pagando impostos, para o peditério da contribuição para a situação nacional”

Rui Riso

PRESIDENTE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS (SBSI)



Banco de Portugal evita cortes de subsídios dos reformados

NELSON D'AIRES/KAMERAPHOTO

Fundo de pensões do BdP está blindado e incomoda. Mas Cavaco não perde subsídios

Ao pedir parecer jurídico que deverá confirmar não estar nas suas mãos a gestão do fundo de pensões, o Banco de Portugal afasta de si o peso de mais uma questão polémica

NELSON PEREIRA
nelson.pereira@ionline.pt
MARGARIDA BON DE SOUSA
margarida.bondesousa@ionline.pt

O Banco de Portugal (BdP) pediu parecer jurídico interno para esclarecer se detém a tutela sobre o fundo de pensões dos seus funcionários, conforme confirmou ao *i* João Matela, assessor de imprensa do BdP. Mas é ponto assente e sabido que no fundo de pensões ninguém toca, pois está fora da alçada do Estado. Por isso, o Presidente da República pode dormir tranquilo. Terá mais duas reformas ainda este ano para fazer face às suas despesas.

O facto de o Banco de Portugal estar agora a pedir um parecer jurídico interno sobre o fundo de pensões assemelha-se a uma estratégia idêntica à de ter responsabilizado o executivo por cortar estas duas prestações aos trabalhadores no próximo Orçamento Rectificativo. Mas mesmo neste caso, e numa nota emitida esta semana, o regulador adverte o governo de Pedro

Passos Coelho que precisa de consultar previamente o Banco Central Europeu (BCE) para tomar esta decisão.

No caso do fundo de pensões, a situação é menos complexa. Este está blindado, pertence aos seus pensionistas, e por isso não pode sofrer a ingerência do Estado. Situação esta confirmada por Rui Riso, presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), ao *i*. “Faz todo o sentido que o BdP fique de fora. Embora, na nossa opinião, o banco deva utilizar o mesmo critério para os trabalhadores no activo e na reforma”, defendeu o dirigente sindical, acrescentando que “o BCE salvaguarda um estatuto diferenciado para os bancos centrais nacionais para que seja defendida a sua autonomia e independência face ao poder político”.

Mas face à crise que se vive em Espanha e na Irlanda, os bancos centrais dos dois países já aplicaram medidas de austeridade e cortes salariais aos seus funcionários em linha com as reduções alargadas que foram implementadas nos vencimentos dos trabalhado-

res de ambos os sectores públicos. As decisões foram tomadas pelas duas entidades reguladoras, mantendo-se por isso o espírito dessa autonomia relativamente ao poder legislativo.

Em Portugal, os fundos de pensões da banca transferidos no ano passado para o Estado também obrigam ao pagamento dos 13º e 14º mês aos reformados do sector. O princípio ficou consignado nos acordos tripartidos entre o Estado, as 17 instituições financeiras e

os sindicatos. Ou seja, mesmo que a Segurança Social deixe de pagar as duas prestações, os próprios bancos terão de as assumir.

Já na Caixa Geral de Depósitos (CGD) a situação é diferente. Isto porque quando o fundo de pensões foi transferido para o Estado, em 2004, quando Manuela Ferreira Leite era ministra das Finanças, e em 2010, durante o governo de Sócrates, não estavam em cima da mesa nem cortes salariais nem a eliminação dos subsídios de férias e de Natal. Pelo que não foi salvaguardado o pagamento dos 13º e 14º mês aos reformados do banco estatal.

Todas estas situações são do conhecimento da entidade reguladora. Pelo que o pedido dos pareceres é considerado por fontes contactadas pelo *i* como uma forma de a entidade reguladora estar a diferir no tempo informação sobre esta matéria de forma a não coincidir com as críticas que lhe têm sido feitas por não cortar no rendimento anual dos seus colaboradores no activo.

Recorde-se que o Partido Socialista equacionou avançar no parlamento com uma iniciativa que obrigue o BdP a aplicar os cortes dos subsídios de férias e de Natal aos funcionários. O PSD também está a analisar a questão e o CDS, que integra a maioria parlamentar de apoio ao governo, já questionou formalmente a entidade reguladora sobre esta questão.

Na nota de resposta aos centristas, ontem divulgada pelo jornal, o banco central refere que a suspensão das duas prestações, avaliada em nove milhões de euros, representa uma perda de 4,4 milhões de euros para o Estado entre IRS e contribuições sociais. Superior às medidas alternativas de contenção entretanto adoptadas pela administração liderada por Carlos Costa.

Bancos centrais de Espanha e Irlanda já adoptaram cortes nos salários semelhantes ao sector público